



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**OUVIDORIA-GERAL**

**RELATÓRIO ANUAL - 2024**

**AUTORIDADE DE MONITORAMENTO DA  
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - AMLAI**

**JOÃO PESSOA/PB**  
**AGOSTO/2025**



# UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

## RELATÓRIO AMLAI 2024

### ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

---

**TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS**  
REITORA

**MÔNICA NÓBREGA**  
VICE-REITORA

**ANIELSON BARBOSA DA SILVA**  
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

**MARIA JOSÉ DE FIGUEIREDO**  
CHEFE DE GABINETE

### EQUIPE EXECUTIVA

---

#### OUVIDORIA-GERAL

**FELIPE LEONARDO A. RAMELLI**  
OUVIDOR-GERAL | AMLAI

**JULIANA FERNANDES PERONICO**  
GERENTE DO SIC

#### COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO | PROPLAN

**ALÉSSIO TONY CAVALCANTI DE ALMEIDA**  
COORDENADOR

**IANNE PORFÍRIO DE QUEIROZ**  
ECONOMISTA

**JEFFERSON INÁCIO RAMOS DA SILVA**  
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO



# UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

## RELATÓRIO AMLAI 2024

### SUMÁRIO

<b><u>1 INTRODUÇÃO</u></b>	<b><u>3</u></b>
<b><u>2 TRANSPARÊNCIA PASSIVA</u></b>	<b><u>5</u></b>
<b><u>3 TRANSPARÊNCIA ATIVA</u></b>	<b><u>9</u></b>
<b><u>4 DADOS ABERTOS</u></b>	<b><u>12</u></b>
<b><u>5 RECOMENDAÇÕES</u></b>	<b><u>14</u></b>

## 1 INTRODUÇÃO

---

Este Relatório Anual de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação tem como objetivo informar e prestar contas à comunidade universitária e à sociedade acerca das ações desenvolvidas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para a promoção da transparência no âmbito institucional.

Em atendimento à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e ao Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, o relatório apresenta os resultados do monitoramento referente ao ano de 2024, com destaque para os segmentos da transparência ativa, transparência passiva e dados abertos.

A partir da análise de indicadores e das ações implementadas, este documento representa um diagnóstico da transparência na UFPB e, a partir desta análise, fornece recomendações para que a Instituição avance rumo a uma governança mais transparente.

A Lei nº 12.527/2011 estabeleceu a necessidade de designação formal de servidor para exercer o encargo de Autoridade de Monitoramento da LAI (AMLAI), função que deve ser diretamente ligada à autoridade máxima do órgão. Suas atribuições estão previstas no artigo 40 da Lei de Acesso à Informação:

- assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;
- monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
- recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei;
- orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

## 1 INTRODUÇÃO

---

É importante destacar que, em 2024, ocorreram mudanças significativas na gestão da UFPB, com a posse da Reitora Terezinha Domiciano e da Vice-Reitora Mônica Nóbrega, em novembro. Nesse contexto, a responsabilidade pelo monitoramento da LAI, anteriormente atribuída ao Coordenador de Informação, vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento, passou a ser do Ouvidor-Geral, conforme disposto na Portaria nº 163, de 29 de novembro de 2024.

A reconfiguração teve como objetivo adequar a função da AMLAI à estrutura organizacional da UFPB, em conformidade com a legislação vigente. Essa medida atendeu a uma das recomendações expedidas no Relatório da AMLAI 2023, tendo em vista que, até então, o AMLAI não estava diretamente subordinado ao dirigente máximo da instituição.

Em função dos ajustes mencionados, o presente relatório foi elaborado em um contexto de transição, com a migração das atribuições da AMLAI da Codeinfo para a Ouvidoria-Geral. Assim, as unidades envolvidas buscaram compartilhar dados de interesse mútuo para consolidar as informações que foram úteis para a produção deste documento.

Além desta introdução, o relatório está estruturado em outras quatro seções. A seção 2 traz dados referentes à transparência passiva, tendo o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) como instância responsável pelo recebido dos pedidos de informação. Na seção 3, é apresentada uma análise sobre a disponibilização de informações de interesse público na página virtual da UFPB, tendo como parâmetro o Guia de Transparência Ativa (GTA). A seção 4 apresenta informações sobre os dados abertos disponibilizados pela Instituição e, por fim, a seção 5 traz recomendações da AMLAI para o aprimoramento da transparência na UFPB.

2 TRANSPARÊNCIA PASSIVA

A Ouvidoria-Geral da UFPB, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), é a unidade responsável pelo recebimento e tratamento dos pedidos de acesso à informação. As demandas são registradas pelo cidadão na Plataforma FalaBR e seguem as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012.

2.1 Análise dos resultados

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) recebeu 404 pedidos durante o ano de 2024. Na tabela 01, detalhamos os resultados obtidos e a comparação com o ano anterior.

Tabela 01: Síntese dos pedidos de informação em 2024

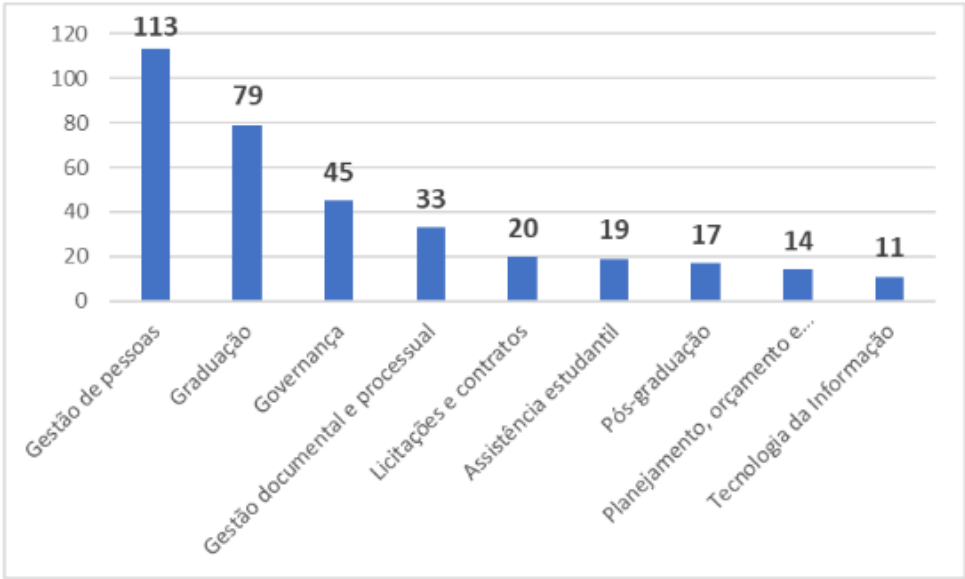
Informações	2023	% do total (respondido)	2024	% do total (respondido)
Quantidade de pedidos	437	-	404	-
Total de solicitantes	304		293	-
Pedidos respondidos	437		404	-
Respondidos no prazo legal	430	98,40%	396	98,02%
Prorrogações	29	6,64%	34	8,42%
Tempo médio de resposta (dias)	9,77	-	8,97	-
Acesso concedido	360	82,38%	314	77,72%
Acesso negado	29	6,68%	21	5,21%
Acesso parcialmente concedido	13	2,97%	23	5,96%

Tabela 01: Síntese dos pedidos de informação em 2024

Informações	2023	% do total (respondido)	2024	% do total (respondido)
Informação inexistente	7	1,60%	5	1,24%
Não se enquadra na LAI	17	3,89%	29	7,20%
Pedidos duplicados	7	1,60	10	2,48%
Recursos	1ª instância: 29 2ª instância: 7 3ª instância: 7 4ª instância: 1	1ª instância: 6,6% 2ª instância: 1,6% 3ª instância: 1,6% 4ª instância: 0,2%	1ª instância: 21 2ª instância: 6 3ª instância: 2 4ª instância: 1	1ª instância: 5,2% 2ª instância: 1,5% 3ª instância: 0,5% 4ª instância: 0,25%

Com 113 registros, gestão de pessoas foi o assunto mais recorrente nos pedidos de informação recebidos pelo SIC. Os outros assuntos mais comuns foram: graduação (79), governança (45), gestão documental e processual (33), licitação e contratos (20), assistência estudantil (19) e pós-graduação (17), conforme indicado na Figura 01.

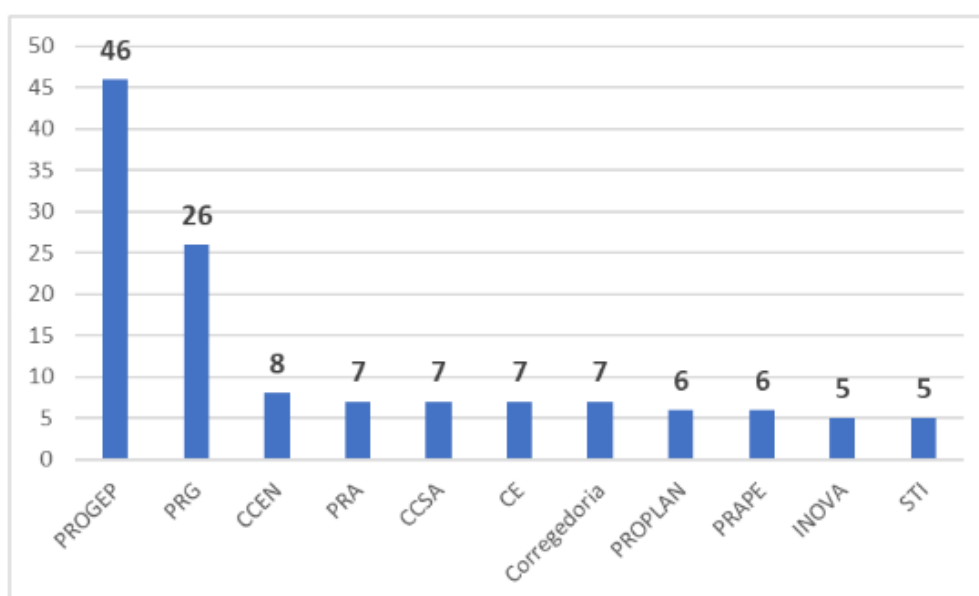
Figura 01: Assuntos mais recorrentes nos pedidos de informação



Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)/Ouvidoria

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) foi a unidade mais demandada, sendo cadastrados pelo SIC 46 processos no Sipac para apuração das informações solicitadas pelo cidadão. Os demais setores mais acionados foram: Pró-Reitoria de Graduação (26), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (8), Pró-Reitoria de Administração (7), Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (7), Centro de Educação (7) e Corregedoria-Geral (7).

Figura 02: Unidades mais demandadas pelo SIC

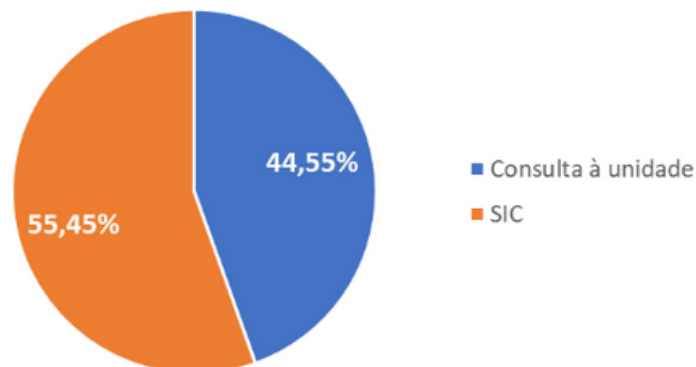


Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)/Ouvidoria

Em 55,45% dos pedidos recebidos, o SIC enviou as respostas diretamente ao cidadão, sem a necessidade de cadastrar processo para levantar as informações solicitadas, conforme a Figura 03. Nestes casos, as informações fornecidas estavam disponíveis em transparência ativa ou já foram objeto de demandas anteriores.



Figura 03: Unidades mais demandadas pelo SIC



Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)/Ouvidoria

Quanto à satisfação dos usuários do SIC, o serviço obteve, em uma escala de 1 a 5, uma pontuação média de 4,56 em relação ao atendimento do pedido e de 4,68 para o nível de compreensão da resposta recebida. Os dados foram obtidos no Painel LAI, mantido pela Controladoria-Geral da União, com base na avaliação de 80 usuários.

Figura 04: Índices de satisfação do SIC



Fonte: Painel LAI/CGU

## 3 TRANSPARÊNCIA ATIVA

As informações publicadas em transparência ativa são aquelas disponibilizadas pelos órgãos e entidades, independentemente de solicitação, utilizando principalmente a internet. A disponibilização proativa de informações de interesse público, além de facilitar o acesso dos cidadãos sobre decisões e iniciativas governamentais, evita o acúmulo de pedidos de acesso sobre temas semelhantes. Trata-se de um dever dos órgãos da Administração Pública e um direito do cidadão, previstos no Art. 8º da Lei nº 12.527/2011.

*Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*

*(...)*

*§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).*

Dessa forma, visando orientar os órgãos na divulgação das informações, a Controladoria Geral da União (CGU) elaborou o Guia de Transparência Ativa (GTA), servindo também para o monitoramento e avaliação de forma contínua das páginas eletrônicas de acesso à informação de todos os órgãos do Poder Executivo Federal.

O referido monitoramento é feito por meio do Sistema de Transparência Ativa (STA), que consiste em um formulário no qual o órgão informa o link exato das informações obrigatórias em transparência ativa. Assim, a avaliação da CGU é realizada quanto ao cumprimento da divulgação e a completude das informações obrigatórias no site oficial do órgão. Cada item é classificado como “cumpre”, “cumpre parcialmente” ou “não cumpre”, bem como são feitas recomendações ou observações, quando for o caso.

Além disso, no Painel Lei de Acesso à Informação, a CGU divulga o status da transparência ativa de 320 órgãos do Governo Federal, sendo para isso verificados 49 itens obrigatórios.



## 3.2 Ações e iniciativas realizadas

A Coordenação de Informação (Codeinfo), da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN), realiza o gerenciamento do Portal de Acesso à Informação da UFPB, em consonância com as recomendações do GTA. Ademais, a unidade promove ações para o aperfeiçoamento da transparência ativa, bem como orienta as unidades sobre o cumprimento da LAI.

Assim, destacamos a seguir as ações desenvolvidas ao longo do exercício de 2024, no campo Transparência Ativa, em relação à divulgação, atualização e correção das informações de interesse coletivo ou geral nos portais eletrônicos da UFPB:

- Atualização de todo o de Portal Acesso à Informação, melhorando o layout e adequando o conteúdo às exigências do GTA-CGU;
- Suporte à STI e ao Arquivo Central para fins de validação de documentos e processos quanto ao sigilo da informação (Rol de informações classificadas);
- Suporte às unidades na divulgação de informações nos sites institucionais, em conformidade com as recomendações constantes no Guia de Transparência Ativa (GTA-CGU);
- Orientação e conscientização das unidades quanto às recomendações da CGU, através de rodadas de reuniões junto às Pró-reitorias e envio de ofício às demais unidades administrativas;
- Monitoramento dos planos de ação das unidades gestoras (UASG's), em atendimento ao acórdão 389/2020 - TCU Plenário (Transparência dos processos eletrônicos de licitações e execuções de contratos);
- Monitoramento, revisão e atualização da estrutura informacional do Portal de Acesso à Informação, de acordo com o nível de atendimento das obrigações de transparência ativa disponibilizado no Painel LAI.
- Monitoramento do e-agendas, do Governo Federal, com revisão do rol de responsáveis.

## 4 DADOS ABERTOS

Em 2024, houve avanços significativos referentes à temática de Dados Abertos em nível institucional. Em conformidade com diretrizes e normas estabelecidas pela legislação vigente, em especial, o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e a Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), o Plano de Dados Abertos da UFPB 2024-2026 (PDA/UFPB 2024-2026) foi aprovado pelo Comitê de Governança Digital (CGD), em 16 de maio de 2024.

O referido documento se encontra publicado na seção “Acesso à Informação”, na área “Planos de Dados Abertos PDA-UFPB”, do site institucional, bem como está catalogado junto à Controladoria-Geral da União (CGU), órgão responsável pela gestão da Política de Dados Abertos do Poder Executivo.

Além disso, seguindo o cronograma estabelecido no PDA/UFPB 2024-2026, a abertura dos conjuntos de dados foi iniciada no mês de junho de 2024.

### 4.1 Análise dos resultados

Enquanto responsável pela coordenação da Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, a CGU acompanha parâmetros relacionados à publicação e à execução do respectivo Plano de Dados Abertos de cada órgão ou entidade da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional. A Figura 07 ilustra a situação da UFPB quanto a esses parâmetros.

Figura 07: Acompanhamento de publicação e execução do PDA/UFPB 2024-2026



Fonte: Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU. Acesso em 02/01/2025.

A UFPB possui PDA regularmente publicado, tendo realizado, até o final de 2024, a abertura de 7 das 21 bases de dados previstas para o biênio, destacando que não consta nenhuma base em atraso. Além da aderência legal quanto à existência do documento orientador das ações de implementação e promoção da abertura de dados, a Universidade também possui situação de regularidade quanto à execução dessas ações.

## 4.2 Ações e Iniciativas Realizadas

Além das supracitadas publicação e catalogação do PDA/UFPB 2024-2026, ressalta-se a conformidade normativa dos procedimentos de abertura e catalogação das bases de dados que compõem o catálogo institucional.

Destacamos que os conjuntos de dados estão disponíveis no Portal de Dados Abertos da UFPB e catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, de acordo com as normas estabelecidas pelo Decreto 8.777/2016.

Convém destacar ainda que com o início da fase de execução, foram necessárias duas adequações no PDA/UFPB 2024-2026:

1. A primeira consistiu na reprogramação de abertura das bases: a) “Auxílios e bolsas de assistência estudantil da UFPB”, de junho de 2024 para dezembro de 2025; b) “Banco de Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias, Dissertações e Teses da UFPB”, de julho de 2024 para agosto do mesmo ano. Ambas alterações ocorreram por impossibilidade técnica de abertura na data inicialmente prevista;

2. A segunda consistiu na alteração de nomenclaturas de todas as bases de dados, com o acréscimo da expressão “da UFPB”, de modo a garantir unicidade de nomenclatura para cada conjunto — condição necessária para a correta geração de Uniform Resource Locator (URL) no procedimento de catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos —, bem como para manter a exata correspondência entre as nomenclaturas utilizadas para catalogação e aquelas que constam no PDA da instituição.

Por fim, para manter o ritmo de abertura dos dados, optou-se pela antecipação da publicização do conjunto “Rol de Responsáveis da UFPB”, inicialmente prevista para 2026, em razão da disponibilidade do conjunto, que não demandou maiores esforços adicionais.

Assim, a reprogramação da base “Auxílios e bolsas de assistência estudantil da UFPB” para 2025 foi compensada, de modo que foi possível encerrar 2024 com um quantitativo de sete conjuntos de dados abertos, conforme projetado inicialmente.

## 5 RECOMENDAÇÕES

Nesta seção, em conformidade com o art. 40, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, serão apresentadas recomendações com o objetivo de aprimorar a transparência da UFPB e assegurar maior efetividade na garantia do direito de acesso à informação pela sociedade.

**Recomendação nº 01:** *Atualizar o Regimento da Ouvidoria para inserir o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) em sua estrutura.*

O Regimento da Ouvidoria-Geral da UFPB, aprovado pela Resolução Consuni nº 06/2020, não contempla atualmente a operacionalização do SIC pela unidade. A atualização é necessária para consolidar a institucionalização do Serviço e assegurar as condições adequadas ao seu pleno funcionamento.

**Recomendação nº 02:** *Estabelecer rotina de procedimentos para manter transparência ativa atualizada.*

Considerando que a UFPB atingiu o índice de 100% de cumprimento de itens exigidos pelo Guia de Transparência Ativa, as unidades devem adotar uma rotina de atualização contínua dos dados disponibilizados, conforme periodicidade definida no PDA 2024-2026. A manutenção das informações atualizadas é exigência expressa na Lei nº 12.527/2011.

**Recomendação nº 03:** *Cumprimento da abertura das bases de dados previstas para 2025.*

O PDA 2024-2026 prevê a abertura de 11 (onze) bases de dados ao longo do ano de 2025. Assim, recomenda-se que as unidades responsáveis enviem esforços para o cumprimento do cronograma.

**Recomendação nº 04:** *Atualização contínua do e-Agendas.*

Tendo em vista as mudanças ocorridas na Alta Administração ao final de 2024, faz-se necessária a realização do cadastro e da orientação dos novos Agentes Públicos Obrigados (APOs) no Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal (e-Agendas), a fim de manter as informações devidamente atualizadas.



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
PARAÍBA